CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

1 **ATA - 11ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA- 2021. O CONSELHO**
2 **ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER (CEDIM/SC)**, no dia 02 de dezembro
3 de 2021, às 14h, por meio de webconferência e com o uso da Ferramenta Google Meet,
4 realizou a 11ª Reunião Plenária Extraordinária do CEDIM/SC, do referido ano, sob a
5 condução da Conselheira e Presidenta, Sra. Rosaura de Oliveira Rodrigues, representante
6 da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. A 11ª
7 Reunião Plenária Extraordinária contou com a presença das **Conselheiras Titulares**
8 **representantes das Organizações Governamentais:** e Conselheira Suplente Manuela
9 Brandão da Silveira Ribeiro, representante da Secretaria do Estado do Desenvolvimento
10 Social (SDS); Conselheira Titular Janice Kleemann Thomé da Cruz Bunn, representante
11 da Secretaria de Estado da Educação (SED), Conselheira Titular Renata Francis Palma
12 Silva, representante da Procuradoria Geral do Estado (PGE); Conselheira Suplente Kelly
13 Cristina Schafer Batistella, representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública
14 (SSP); Conselheira Suplente Luciana Pereira Schubert, representante da Secretaria de
15 Estado da Administração (SEA). **Participaram também as Conselheiras Titulares e**
16 **Suplentes representantes das Organizações Não Governamentais:** Conselheira
17 Suplente Jurema Ramos dos Santos, representante da Associação de Mulheres de
18 Negócios e Profissionais - Grande Florianópolis (BPW) Conselheira Suplente Liliana
19 Piscki Maes, representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT/SC); Conselheira
20 Titular Fernanda Pereira Labiak, representante do Conselho Regional de 12ª Região
21 (CRP-12); Conselheira Suplente Francine Costa, representante do Instituto de Estudos de
22 Gênero da UFSC (IEG/UFSC); Conselheira Titular Sheila Sabag, representante da Casa
23 da Mulher Catarina. **Justificaram ausência:** Conselheira Titular Mariana Carneiro Fraga,
24 representante da Associação Portal Catarinas; Conselheira Titular Erli Aparecida
25 Camargo, representante do Fórum de Mulheres do Mercosul - Seção Lages/SC;
26 Conselheira Titular Valdete da Silva Sant'Anna, representante da Secretaria de Estado da
27 Saúde (SES); Conselheira Titular Fabiana de Souza, representante da Secretaria de Estado
28 do Desenvolvimento Social (SDS); Conselheira Titular Júlia Melim Borges Eleutério,
29 representante do Instituto Movimento Jovem de Araquari; Conselheira Titular Rejane
30 Silva Sanchez, representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC). A **Reunião**

31 **contou ainda com a presença** da Secretária de Conselho, Tanara Rogowski dos Santos
32 e participantes convidadas: Simone Andréa Rodrigues - Coordenação de Políticas de
33 Atenção Integral e Pessoas em situação de Violência- Blumenau/SC; Elaine,
34 representante da SAVS de Brusque/SC; Thais Becker, representante do Centro de Apoio
35 Operacional dos Direitos Humanos do Ministério Público de SC, Célia Fernandes; Ana
36 Borges França e Aline Pallaoro Garcia, representantes da SES/SC; Anne Teive Auras,
37 Defensora Pública- Coordenadora do NUDEM/SC; Lih Bolzam, Naiashy, Fábio e equipe
38 da Maternidade Darcy Vargas de Joinville/SC; Lourdes e Fernanda, representantes do
39 Hospital Santo Antônio de Blumenau/SC. A 11ª Plenária Extraordinária do CEDIM/SC
40 do ano de 2021 teve a seguinte pauta: 1. Levantamento do Quórum; 2. Justificativas; 3.
41 Participação de representantes dos Hospitais de Referência no atendimento às vítimas de
42 violência sexual - Interrupção Legal de Gestação; 4. Aprovação da Ata da 10ª Reunião
43 Plenária Extraordinária, realizada em 22 de outubro de 2021; 5. Deliberação de
44 Cronograma para as reuniões em 2022. 6. Relatos das atividades do Grupo de Trabalho
45 para tratar sobre Fluxo de Interrupção Legal da Gestação; 7. Informações e Deliberações
46 sobre os Serviços de Referência no Atendimento às Pessoas em Situação de Violência
47 Sexual no Estado de Santa Catarina - Retorno dos dados; 8. Informes Gerais; 9.
48 Encerramento.

49 **Aberta a reunião**, após apresentação das Conselheiras presentes e demais participantes,
50 do levantamento do quórum, Tanara menciona as justificativas de ausência e comunica
51 que a reunião será gravada e disponível no Canal da SDS no Youtube. Ato contínuo, **3.**
52 **Participação de representantes dos Hospitais de Referência no atendimento às**
53 **vítimas de violência sexual - Interrupção Legal de Gestação.** Lourdes e Fernanda
54 (Blumenau) representantes do Hospital Santo Antônio de Blumenau iniciaram a
55 apresentação. Foi relatado que é utilizado o protocolo de referência (nível nacional) e que
56 funciona bem dentro do hospital. Foi construído um protocolo para interrupção legal da
57 gestação, sendo que o atendimento inicial é realizado pelo pronto-socorro.

58 Simone mencionou que foi solicitado pela SAVS de Blumenau para retificação no
59 documento de protocolo da Portaria, para a atual (nº2561). Esclareceu o Boletim de
60 Ocorrência Policial que não é obrigatório para o procedimento. Relatou que pacientes,

61 por vezes, recorrem primeiro à SAVS, onde ocorre o acolhimento, a escuta qualificada,
62 orientação, atendimento clínico, ginecológico, psicológico, do serviço social. São
63 preenchidas previamente as três fichas: Termo de relato circunstanciado; Que a pessoa
64 tem a intenção de realizar o procedimento; e outro de que não está mentindo sobre a
65 situação. As outras duas fichas são preenchidas em ambiente hospitalar, uma vez que
66 caracterizam a atuação da equipe que vai realizar o procedimento. Quando a paciente
67 entra na SAVS, é agendado com hospital. É pretendido fazer sempre uma
68 acompanhamento dessa entrada no Hospital, como uma continuidade do atendimento
69 iniciado no SAVS. Antes até da questão da interrupção de gestação, quando a pessoa
70 descobre da gravidez é orientada das três possibilidades que ela tem em frente a uma
71 gestação fruto de estupro: permanecer com a gestação, ficar com a criança e a hipótese
72 de adoção. Se optado por esse último, é feito o contato com o Fórum e, no caso da
73 interrupção da gestação, é agendado o procedimento. Finalizada a fala da Simone, Rosaura
74 faz algumas perguntas em (16min27s) de como é o funcionamento do fluxo de
75 atendimento no dia a dia e no pós atendimento. Fernanda respondeu (19min07s) como
76 ocorre no Hospital Santo Antônio (que tem atendimento 24 horas) e da atualização
77 realizada no protocolo. Há também um Comitê interno que trata deste assunto. Foi
78 mencionado que foi estabelecido o limite de 20 semanas da idade gestacional para fazer
79 o aborto. Uma das maiores dificuldades é a capacitação que contemple todos os
80 profissionais . Atualmente não tem nenhuma forma de divulgação desses serviços para a
81 população, mas que já tem uma conversa para estabelecer como será feita. Encerradas as
82 falas e manifestações pelo chat, Tanara passa a palavra para a **representação da**
83 **Maternidade Darcy Vargas, de Joinville**. Foi relatado (33min15s) como funciona o
84 serviço de atendimento às vítimas de violência sexual, que são encaminhadas direto pro
85 ambulatório de alto risco e esse possui atendimento multidisciplinar, com funcionamento
86 24horas. Foi mencionado que estão em processo de atualização do protocolo para algumas
87 adequações. Após os atendimentos na maternidade, os serviços do CREAS da região são
88 acionados para atendimento/acompanhamento necessário. Algumas dificuldades
89 relatadas são referentes à questão de objeção de consciência, comunicação efetiva entre
90 os profissionais e o fluxo de atendimento. Também foi mencionado que faltam

91 divulgações de informações e orientações dos serviços para as pessoas que precisam,
92 sendo isso um desafio também para o estado. Foi pontuada a questão do procedimento
93 domiciliar, visto como positivo para a mulher. Em 2021 foram realizados 11
94 procedimentos de interrupção de gestação na maternidade. Foi perguntado no chat sobre
95 a idade gestacional para ILG, respondido que é de até 22 semanas ou até 500gr para o
96 procedimento. Simone falou sobre o perfil dos atendimentos que a maioria são crianças e
97 adolescentes. Mencionou que na SAVS em 2019 foram 249 pessoas novas atendidas, em
98 2020 foram 261 e em 2021, até a data dessa reunião foram 296. Finalizadas as
99 apresentações de Blumenau e Joinville, Rosaura agradeceu as participações e ressaltou
100 sobre o trabalho que está sendo feito com esse GT para construção de protocolo/fluxo
101 estadual e que assim concretizado, a intenção é fazer um Fórum com todos os
102 profissionais envolvidos nesses serviços. Tanara passa para o item **4. Aprovação da Ata**
103 **da 10ª Reunião Plenária Extraordinária, realizada em 22 de outubro de 2021.** Sem
104 objeções, o documento foi aprovado. **5. Deliberação de Cronograma para as reuniões**
105 **em 2022.** Após sugestões, a data da próxima Reunião Extraordinária para tratar dessa
106 temática será realizada no dia **18/02/2022 (sexta-feira) às 14h.** As demais datas serão
107 definidas nas próximas reuniões. Item contínuo: **6. Relatos das atividades do Grupo de**
108 **Trabalho para tratar sobre Fluxo de Interrupção Legal da Gestação.** Simone pediu
109 a palavra e falou sobre o *Webinário de Acolhimento e Fluxo de Atendimento a Pessoas*
110 *em Situação de Violência Sexual e Abortamento Legal no Âmbito da Saúde,* organizado
111 pela Morgani Guzzo e Marina Jobs e que seria importante solicitar à organização o
112 mapeamento dos serviços no estado e o fluxo dessas pessoas na procura dos serviços.
113 Solicitar também as apresentações realizadas dos 4 hospitais de referência bem como seus
114 protocolos, para incluir na Pasta específica do Drive. Relatou que o Ministério Público,
115 por meio do Centro Operacional dos Direitos Humanos, fez um questionário para os
116 municípios para realizar um diagnóstico e que esse documento quando finalizado, será
117 importante o grupo ter acesso aos dados para subsídios. Sheila falou que o grupo já tem
118 bastante material para o aprimoramento do fluxo e protocolo estadual e já pode-se dar
119 continuidade ao processo de trabalho. Anne se colocou à disposição para integrar no
120 grupo também. Ato contínuo: **7. Informações e Deliberações sobre os Serviços de**

121 **Referência no Atendimento às Pessoas em Situação de Violência Sexual no Estado**
122 **de Santa Catarina - Retorno dos dados.** Tanara apresentou a minuta elaborada pelo
123 Grupo de Trabalho e que foi aprovada e deliberada para ser publicada no Diário Oficial
124 em formato de Resolução e assim que publicada deverá ser enviada ao MP e ao Gabinete
125 Secretaria de Estado da Saúde.. A minuta, portanto, ficou com o seguinte texto:

126 **RESOLUÇÃO Nº XX, de XX de dezembro de 2021.**

127 Solicitar ao Ministério Público providências para realização de diagnóstico bem como
128 atuar junto aos órgãos competentes para atendimento adequado às pessoas em situação
129 de violência sexual no estado de Santa Catarina.

130 O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER (CEDIM/SC), em sua 9ª
131 Reunião Plenária Extraordinária, realizada no dia 30 de setembro de 2021, e no uso de
132 suas competências que lhe confere a Lei Estadual nº 16.945, de 08 de junho de 2016,
133 diante das várias tentativas junto à Secretaria de Estado da Saúde de SC, considera:

134 que vem desde novembro de 2020 trabalhando sistematicamente no sentido de propor a
135 qualificação do atendimento prestado às pessoas em situação de violência sexual no
136 Estado de Santa Catarina;

137 que busca traçar um diagnóstico dos serviços existentes no Estado, enviando para a
138 Secretaria de Estado da Saúde (SES) pedido de informações, por meio dos ofícios
139 49/2020; 07/2021; 32/2021 e 47/2021, constantes no processo SGP-e: SST 1446 2020;
140 que as respostas enviadas pela SES retornaram incompletas, fragmentadas, e algumas
141 questões não foram respondidas, o que levou o CEDIM, por várias vezes, à reformulação
142 das mesmas para encaminhá-las novamente;

143 que as respostas da Secretaria Estadual de Saúde, até o momento, indicam a ausência de
144 uma Rede Intersetorial integrada e qualificada para o atendimento às pessoas vítimas de
145 violência sexual e a inexistência de ou desatualização de Protocolos e Fluxos que
146 normatizem este atendimento, deixando a população desassistida ou mal assistida;

147 que o desamparo também se reflete nos serviços existentes e nos profissionais que ali
148 atuam, uma vez que estes não encontram o suporte de normativas estaduais, nem acesso
149 à qualificação sistemática para sua atuação;

150 que em paralelo, o CEDIM encaminhou aos 295 municípios catarinenses o questionário
151 abaixo contendo 06 (seis) perguntas: *1. Nome do Município: 2. Local(is) no município que
152 possui(em) atendimento às pessoas em situação de violência sexual. Se possível, citar as
153 informações de contato, endereço, telefone, etc. 3. Como ocorre o atendimento? 4. Há
154 deslocamento do médico perito do Instituto Médico Legal - IML para o serviço de
155 referência na saúde? 5. Quais são (elencar) os serviços prestados pelas Unidades de
156 Serviços Especializados para atendimento às pessoas em situação de violência sexual.
157 Identificar o credenciamento de cada serviço frente aos códigos: *001 – Referência para
158 atenção integral às pessoas em situação de violência sexual. *006 – Atenção à
159 interrupção de gravidez nos casos previstos em lei. *007 – Atenção ambulatorial a
160 pessoas em situação de violência sexual. *008 - Coleta de vestígios de violência sexual.
161 6. Caso necessário, indique outras informações relevantes.*

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

162 que foram solicitadas informações diretamente aos serviços que realizam o procedimento
163 de aborto legal no estado de Santa Catarina, obtendo apenas as respostas de 49
164 municípios.

165 Diante das considerações acima citadas o CEDIM/SC, **RESOLVE:**

166 Art. 1º Solicitar ao do Ministério Público de SC:

167 I - providências junto à SES e aos municípios, para o levantamento de dados e
168 informações pertinentes a realização de diagnóstico do atendimento a pessoas em situação
169 de violência sexual no Estado de Santa Catarina;

170 II - providências junto à SES e aos demais órgãos competentes, visando prover à
171 população catarinense o atendimento adequado nos casos de violência sexual e aborto
172 legal.

173 Item contínuo **8. Informes Gerais.** Sheila informou que a reunião com o MP ficou
174 marcada para o dia 16/12/21 às 14h e que a priorização é a estruturação do fluxo e o
175 material informativo para SC. Foram recebidos vários materiais para estudo e de outros
176 estados para o aprimoramento do de Santa Catarina. Também relatou (1h46m26s) sobre
177 a participação no Webinário, que foi realizado em 01 de dez/21 e foi muito produtivo e
178 o formato interessante, pois contemplou momentos para cada região do estado discutir
179 suas demandas. **9. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, deu-se encerrada a 11ª
180 Reunião Plenária Extraordinária do CEDIM/SC - Ano 2021. Eu, Tanara, Secretária
181 Executiva, lavrei a presente ata. Link para acessar a gravação da Plenária:
182 https://www.youtube.com/watch?v=FGEd_P6c_5o